



Responsabilidade Social: Uma Inserção no Contexto de Desenvolvimento

*Célia Costa Gonçalves¹; Ana Claudia Nobre de Oliveira Araújo²; Thércia Lucena Grangeiro Maranhão³;
Raphael Rocha Freire⁴; Breno Tavares da Silva⁵*

Resumo: A Responsabilidade Social passou por diferentes etapas, firmando-se em valores e princípios que atualmente a rege, encontrando-se na classificação de uma das atuais estratégias Corporativas. É imprescindível relatar a maturação das organizações e as Tecnologias outrora utilizadas como ferramentas essenciais na atuação da Gestão Social no desenvolvimento dos atores comunitários contando também com a Psicologia que tem se implicado neste contexto de maneira particular. Esta pesquisa versa um levantamento bibliográfico, através de revisão integrativa acerca de alguns estudos desenvolvidos neste campo, ressaltando diferentes estudiosos que abordam a temática tornando um tema relevante para alguns cursos. Além disso, a pesquisa possibilitou instigar o quanto às áreas da Responsabilidade Social nas Fundações Corporativas e a Gestão Social, atualmente em voga, continuam carecendo de um olhar mais aprofundados, concernente ao desenvolvimento local, por se encontrar ainda em construção.

Palavras-Chave: Gestão Social; Psicologia; Responsabilidade Social; Tecnologias.

Social responsibility: an Integration in Development Context

Abstract: Social Responsibility went through different stages, based on the values and principles that currently govern it, being in the classification of one of the current corporate strategies. It is essential to report the maturation of the organizations and technologies once used as essential tools in the performance of Social Management in the development of community actors, also counting on the Psychology that has been implicated in this context in a particular way. This research is a bibliographical survey, through an integrative review about some studies developed in this field, highlighting different scholars that approach the subject making a topic relevant to some courses. In addition, the research made it possible to instigate that the areas of Social Responsibility in Corporate Foundations and Social Management, currently in vogue, continue to lack a more in-depth look at local development, as it is still under construction

Key words: Social Management; Psychology; Social responsibility; Technologies.

¹ Psicóloga do Curso Evolução

² Psicóloga do Instituto Ethos Domus

³ Psicóloga . Professora do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio(UNILEÃO) . Mestra em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC (FMABC). E-mail:thercia@leaosampaio.edu.br

⁴ Enfermeiro. Graduado pela Universidade Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, Ceará. Contato: raphaelg2@hotmail.com;

⁵ Graduado em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Estadual da Paraíba. Atualmente é Mestre em Manejo de Solo e Água, pela Universidade Federal da Paraíba, onde desenvolve trabalhos na parte de recursos hídricos. 1º Tem. OTT. Adj Sec Tec - 3º BEC. Contato: brenotavaresm@hotmail.com.

Introdução

Carroll em um artigo de 1979 propôs a definição de responsabilidade social empresarial e mesmo depois de três décadas continua sendo uma das mais citadas, sendo o modelo conceitual que ele desenvolveu a base de muitos programas e modelos de gestão da responsabilidade social (BARBIERI e CAJAZEIRA,2016).

Percebe-se que a Responsabilidade Social (RS) passou por diferentes fases, firmando-se em valores e princípios que a regem sua relevância , sendo trazidas de muitas ciências e atualmente encontram-se empregadas no meio organizacional.

A definição apresentada na época e mencionada até hoje retrata a responsabilidade social das empresas enquanto processo que compreende as expectativas econômicas, a partir dos aspectos legais, com ações éticas e irrestrito que a sociedade tem em relação às organizações em dado período de tempo(BARBIERI e CAJAZEIRA,2016).

Classificada como uma das mais atuais estratégias corporativas transitando entre as maturações das organizações, das Tecnologias utilizadas e contando com a parceria da Gestão Social (GS) e a Psicologia como facilitadores sociais neste contexto.

A International Organization for Standardization (ISO), a maioria dos entendimentos atuais sobre a Responsabilidade Social (RS), explora a inter relação entre responsabilidade social e os aspectos e impactos econômicos, ambientais e sociais das atividades de uma organização, trazendo ,por tanto , ao tema o desenvolvimento sustentável (BARBIERI e CAJAZEIRA,2009).

O desenvolvimento da Responsabilidade Social recebeu forte influência da globalização econômica e da repercussão dos inúmeros casos de desgoverno empresarial que marcaram o final do século XX, favorecendo o maior envolvimento empresarial com questões sociais e ambientais(DIAS,2012).

A Responsabilidade Social, a sua abrangência, os programas e os impactos na aplicação dentro do desenvolvimento da comunidade local são, portanto determinadas demandas de fundo que este artigo aspira refletir e discutir, tendo por objetivo averiguar a relevância dos programas de Responsabilidade Social para o desenvolvimento da região do cariri.

A responsabilidade Social (RS) é um conjunto de ideias e práticas da organização que fazem parte de sua estratégia e que tem como objetivo evitar prejuízos e/ou gerar benefícios

para todas as partes interessadas (stakeholders) na atividade da empresa (consumidores, empregados, acionistas, comunidade local, meio ambiente etc.), adotando métodos racionais para atingir esses fins e que devem resultar em benefícios tanto para a organização como para a sociedade(DIAS,2012).

No ambiente de uma sociedade capitalista, surge a RS mediada pelas Fundações Cooperativas, buscando uma implicação maior com a comunidade, coligada a uma gestão onde o autogerir-se e a autonomia trás um movimento diferente na realidade do sujeito social e comunitário.

A partir das implicações apresentadas, a Psicologia tem saído do isolamento das práticas clínicas e como ciência ganhou espaço repensando o papel social de seus exercícios juntamente com as áreas igualitárias, adotando o caráter político de seus atos e discursos tentando exercer uma prática implicada mais diretamente com o sujeito que se encontra à margem social (VIEIRA, 2011).

Diante do exposto acima surge a pergunta de partida: qual o impacto da o Responsabilidade Social no contexto de desenvolvimento local?

A fim de responder estes questionamentos o trabalho teve como objetivo geral: identificar as tecnologias utilizadas na responsabilidade social e o impacto dessas para o desenvolvimento local, e como objetivos específicos compreender a Responsabilidade Social enquanto propulsora do desenvolvimento comunitário ; analisar as implicações da Responsabilidade Social(RS) na região do Cariri . Avaliar como a RS vêm se configurando na sociedade.

Resultados e Discussões

Responsabilidade Social

Oded Grajew (2009) Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto ETHOS¹ de Empresas, que será esplanada posteriormente, vem imprimindo ao longo dos tempos na

¹ A ETHOS em 2000 foi à condutora do processo de engajamento de empresas ao Pacto Global, acentuando uma economia sustentável e inclusiva (CAMARGO, 2009), Sendo este Pacto regido por princípios de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e contra a corrupção (BARBIERI, CAJAZEIRA, 2009).

sociedade brasileira o conceito de RS, como capacidade de fazer escolhas, baseadas em valores e princípios, atuando de forma responsável nos segmentos: social, pessoal e empresarial. A responsabilidade na sua visão perpassa os impactos dos atos sobre os outros, suas ações acontecem quando há uma certeza das influencias positivas.

Para Duarte (2011) RS é o principio pelo qual as organizações de empreendimentos privados participam das ações de instancias públicas, contribuindo para resolver problemas forjando uma igualdade que tocam os sujeitos nas comunidades, ou seja, é a participação das empresas na promoção de ações sociais, proporcionando condições internas como: bem-estar e comodidade para o sujeito, e externas no tocante a preservação do meio ambiente, configurando-se, portanto como a nova estratégia das empresas.

Ainda dentro dessa perspectiva, Zarpelon (2006) trás o tema como a responsabilidade admitida perante a sociedade envolvendo alguns âmbitos como: geração de empregos, salários dignos e seus pagamentos, aumento da qualidade de vida do sujeito e outros fatores que crescem benefícios para a gestão e a sociedade. As ideias da RS nesta visão encontram-se inseridas dentro da esfera dos interesses coletivos e não individuais.

Vários são os caminhos que permeiam o cenário da RS corporativa com seus segmentos, noções, visões e valores que acrescentam e fomenta de maneira significativa o mundo organizacional e consequentemente a sociedade, criando assim novas formas de repensar um social tão dinâmico.

A perspectiva da Responsabilidade Social no Brasil

A proliferação da ideia sobre RS no Brasil emergiu na década de 70 com o intuito de promover debates e discussões sobre o balanço social, tendo a ADCE (Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas) do Brasil como pioneira (ASHLEY, 2005).

Na década de 80, especificamente no ano de 87 surgiu um grupo empresarial defendendo o aprofundamento da democracia, a aceitação da diversidade, da economia, entre outros. As manifestações tocaram significativamente os anos seguintes, a ponto de fazerem parte do surgimento do Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social. Em 2004 em uma reunião na sede da ONU, aglomerou-se 480 representantes de empresas, entre elas algumas

brasileiras como Natura, Petrobrás, Banco do Brasil e outros, mobilizando e formalizando a sustentabilidade (CAMARGO, 2009).

Concomitante a esta visão Ashley (2005) acrescenta que este movimento, em certa altura da história, se posicionou como resposta as críticas, procurando novas formas de compromissos, que não fosse somente material e pertinente às situações econômicas da época, e sim, como forma de frear as ações desmedidas incentivadas pelo lucro individual. Para que a RS venha a existir, é relevante que as técnicas e a filosofia das empresas possam ser repensadas, para que assim o desígnio social não venha a ser trucidado pelo desejo do lucro.

Espera-se neste ínterim, que as organizações tenham uma política institucional firmada, ética, empreendedora e que sejam empenhadas em contribuir com a solução das mazelas de base da sociedade. Aqui a RS faz parte de um processo que perpassa também a responsabilidade individual (ASHLEY, 2005).

Zarpelon (2006) corrobora com esta ideia acrescentando que nesta conjuntura institucional, há uma absorção dos conceitos através da educação social fornecida ou autodidática, podendo o sujeito, após essa assimilação atuar com responsabilidade nos âmbitos sociais no qual está inserido, vindo também a influenciar na gestão de uma organização, sendo este um processo de Gestão Social Empresarial. Esta esfera social é permeada pela necessidade de transformação onde o foco da RS está voltado para os indivíduos, o meio social que estão inseridos, e para as necessidades de alimentação, educação, moradia, saúde, lazer e transportes.

Várias corporações fazem parte deste cenário, contribuindo e edificando a história da RS empresarial no mundo organizacional, a exemplo o Instituto ETHOS, Banco Santander, Petrobras entre outras, são corporações importante no contexto brasileiro.

Uma nova mentalidade vem sendo exigida das organizações, no que tange em considerar os lucros tão importantes quanto à função social desempenhada. Concomitante, algumas empresas já se adequaram a esta mentalidade, aplicando a RS ao financiar projetos comunitários, com a finalidade de promover desenvolvimento e benefícios para a sociedade local (ZARPELON, 2006).

Visto que na época presente, haja uma apreensão com os ares sociais e consequentemente ambientais, estes fatores têm adentrado ao mundo dos negócios, reconhecendo assim a importância dos vários atores sociais, fazendo hoje parte da agenda organizacional (SMITH, 2013).

Os principais vetores da RS são: adesão ao desenvolvimento de sustentabilidade da comunidade e província local, meio ambiente preservado, investimento no bem-estar dos trabalhadores, comunicações transparentes, sinergia com os colaboradores, devolutivas e contentamento do consumidor (PONCHIROLLI, 2012).

No geral, as empresas atuais têm internalizado alguns dos princípios ou valores pertinentes às questões sociais, como: a abolição do trabalho infantil e/ou redução de seus resíduos sólidos, este, em se tratando do meio ambiente (SMITH, 2013). Cabe à observação que os pontos aludidos acima fazem parte de um resumo micro das inúmeras possibilidades existentes em se tratando do âmbito social.

Barbieri, Cajazeira, (2009) argui que existem ainda outros princípios relevantes que se encontram constantes nas Declarações e plenárias discutidas nas reuniões das ISOS, como: o princípio aos direitos humanos, do respeito à diversidade e o da precaução, o meio ambiente, práticas de trabalho, práticas leis de operação, governança organizacional, desenvolvimento social e questões concernentes aos consumidores.

Haja vista que os princípios e valores circundam em respeitar o outrem usando instrumento como, comunicação, a transparência, conduta ética, respeitar a diversidade, constatando-se que estas ferramentas “simples” à primeira vista, fazem parte das “características tidas como humanas” e que se utilizadas na corporação dependendo da sua cultura e aceitação, possibilitam recriar e rever alguns valores sociais, diferenciando-se das demais quem as utilizam.

E ainda que haja uma grande seara envolvendo temas imprescindíveis na contemporaneidade e discussões atuais, que este mundo de possibilidade não fique só nas falácias, mas que este campo acima consiga impugnar profissionais que acredite na possibilidade de uma atuação ética.

As fundações Corporativas e o Social

Ponchirolli (2012) pensa as empresas como “organismos vivos” que carecem de se adaptar e resistir às várias transformações diárias. A consciência tem batido às portas das corporações trazendo consigo um convite para assumir um papel mais vasto na sociedade, alargando assim o seu desempenho habitual. Esta novidade de papel trás a obrigação social, um

assumir ético das Fundações Corporativas, exercitando a cidadania empresarial, seguido por um comprometimento.

As Fundações Corporativas nem sempre se organizaram assim, até os anos 70 como será visto abaixo, os empresários não se sentiam e nem se viam responsáveis por nada concernente ao setor social, por entender que estas questões pertenciam ao Estado (RICO, 2006, *apud* JUNQUEIRA et. al, 2010).

Nos séculos XVI e XVII o comércio se expandiu, buscando entre outros, um acúmulo de capital. O modelo societário assumiu a corrente liberal, fundamentando o sistema capitalista em defesa, proteção da liberdade e da livre ação comercial do indivíduo, se firmando até o início do século XX. Neste ínterim não havia nenhum tipo de política social estatal, ficando os pobres a mercê dos favores dos patrões e da Igreja, se por ventura viesse a fazê-los (PRESTES, 2009).

A autora ainda acena que em 1929, vários fatos ocorreram e as primeiras políticas sociais deram-se a partir do Estado-nação, uma atuação do estado tanto na economia quanto no social. Sendo então, as décadas de 1920 a 1970 um salto histórico forjado por importantes acontecimentos como o redirecionamento da economia, a entrada do neoliberalismo, as privatizações e a saída do Estado da área social, ficando em voga outros atores como empresas privadas e ONGs.

A década de 70 foi também permeada por crise, entre elas a: “econômica; crise da base técnica; crise do emprego; crise social; crise política; crise dos sistemas de contas nacionais, como também o acirramento da concorrência ente empresas, novas tecnologias gerenciais são incorporadas à produção e aos sistemas” (CARRION, 2012, p.263). O autor ainda aludi que a década de 1980 foi abalizada pelo o financiamento aos países sub-desenvolvidos, com o intuito de colaborar para o desenvolvimento, o Estado assumiu a postura de organizar e favorecer as necessidades de alargamento e o consolidar do capital privado.

No Brasil, sendo este marcado pelo final do regime militar, os surgimentos dos movimentos sociais, a Constituição² Federal de 1988, o ápice do neoliberalismo, o nascimento dos ideais alternativos de cooperação e associativismo como forma de responder as demandas sociais, e o Estado como responsável para atender as demandas sociais, dando condições ao segundo e terceiro setor para atuarem de forma complementar, ou seja, o Estado, a iniciativa

² Na Constituição Federal (2013) no Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II, art. 6º, postula que são direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Assim como é direito de todos, é dever do Estado.

privada e o terceiro setor configurando-se o estado-misto, vindo, pois, a serem, todos responsáveis a darem uma devolutiva a tais mazelas (PRESTES, 2009).

As Tecnologias como resposta

Neste cenário surgem às Tecnologias advindas como devolutivas exatas das demandas que emergiam a todo tempo. Contudo, tal tema irá ser tratado numa breve análise, pois a mesmo enfoca um contexto histórico complexo o que dificulta o aprisionamento do assunto como um todo.

A Tecnologia Convencional (TC) é a primeira a ser mencionada. Seu surgimento deu-se no seio das empresas dos países de Primeiro Mundo³, posteriormente fora aceita de forma acrítica pelas empresas dos países subdesenvolvidos. Os seus padrões, eram dos mercados dos países desenvolvidos, quando importados para outros países, não tocara os menos favorecidos, serviam simplesmente para o uso da elite dos países subdesenvolvidos. (NOVAES, DIAS, 2009).

Dagnino (2004) alude que a problemática acima é definida por como segmentada, em que o sujeito do produto não exerce influência sobre a produção e sobre o trabalho, é tida como alienante, hierarquizada, extinguindo a criatividade do individuo produtor. Seu objetivo consiste em maximizar a produtividade, o domínio sobre os trabalhadores e acúmulo de capital.

Desenvolvida e utilizada pelas empresas privadas A TC surge como forma de produzir lucro, a exemplo disso, os maquinários, que trouxeram prejuízos sociais, gerando preocupação, novas reflexões e não se encaixando bem na realidade dos países periféricos, chegando até a aumentar os problemas sociais e ambientais (NOVAES, DIAS, 2009).

Com isso originou-se a Tecnologia Apropriada (TA), ainda conforme os supracitados autores, servindo para adentrar de maneira mais segura no campo da operacionalização das empresas. Cabe a observação que esta tecnologia foi colocada como uma alternativa à TC (DAGNINO, et. al, 2004).

³ O termo primeiro mundo surge após a Primeira Guerra Mundial (1914-1919) em que as potências mundiais vencedoras do combate se colocaram como países industrializados, ou seja, Primeiro Mundo, e os perdedores ganharam a nomenclatura de Segundo Mundo ou subdesenvolvidos (SOUZA, 2009).

Esta modalidade foi muito criticada no início dos anos 80, não sendo mais um elemento viabilizador, perdendo sua importância, no terreno tecnológico, como estilo alternativo de desenvolvimento e não trazendo tantos resultados quanto o esperado. Por outro lado a TA teria a capacidade de evitar os estragos sociais e ambientais surgidos das atuações da TC (NOVAES, DIAS, 2009). Este processo se configura “*Top/ Down*”, de cima para baixo, onde, quem está abaixo é comandado por quem está acima, havendo escalas claras de hierarquias (CANÇADO, 2007).

Nesse movimento, sérias críticas ecoaram, uma delas transitava no que concerne a um sentimento de culpa dos empresários do Primeiro Mundo, ao invés de ser uma iniciativa com capacidade de tocar significativamente as demandas enunciadas. De fato os defensores da TA não entenderam que o desenvolvimento das tecnologias alternativas se encontrava apenas concentradas em uma necessidade, não sendo assim o suficiente (NOVAES, DIAS, 2009).

Os autores ainda afirmam que se voltava ao princípio do processo paliativo para resolução das demandas sociais, embora situada no objetivo de desenvolvimento social, o caráter da TA era defensivo, adaptativo e conseqüentemente não questionador no tocante às estruturas de poderes dominantes.

Diante deste panorama surge a Tecnologia Social (TS) com a proposta de contrapor e reverter às tecnologias anteriores com suas características bem distintas, sendo elas adaptar-se facilmente aos produtores e consumidores, mesmo que seja de pequeno porte, sem intenção de promover qualquer tipo de domínio capitalista, sem hierarquia ou dominação do sujeito, e orientada para satisfação das necessidades humanas, incentivando à criatividade do sujeito e potencializando-o (DAGNINO, 2009).

Podendo ser uma ponte para investimentos em pequenas empresas e cooperativas populares, esta tecnologia está mais voltada para determinados contextos, como as realidades das sociedades locais (DAGNINO, 2009). Atualmente as preocupações com os ares sociais têm tocados vários setores, inclusive fazendo parte das discussões promovidas pela ONU.

Cabe ainda ser sinalizado um alerta. Ergue-se a necessidade de um equilíbrio, carecendo o mesmo nível de atenção para os investimentos e a forma de gerir, entre a vida social, a economia e o meio ambiente (PRESTES, 2009).

O amadurecimento das empresas

No âmbito organizacional, anteriormente não se cogitava nenhum pensamento sobre RS, porém esta mentalidade vem sendo difundida recentemente e estando associada às práticas das RS Corporativas sendo inculcadas no setor privado, respondendo a um panorama mais atento no que se refere à atuação das empresas se configurando assim um amadurecimento corporativo (JUNQUEIRA et. al, 2010).

Ultimamente algumas empresas têm se movimentado para o envolvimento no campo social, criando ações consideradas por muitos, “respeitáveis” no contemporâneo mundo empresarial, visto que a sociedade carece de ações que acolham as suas necessidades, fazendo deste tema um debate constante, sendo uma estratégia importante ainda em fase de construção, como já pontuado (PONCHIROLI, 2012).

Em concordância Junqueira et. al, (2010) discute sobre os desafios atuais das Corporações Privadas, acrescentando, vários pontos a serem erguidos como: o crescimento econômico, a competitividade, o arcar com as metas de sustentabilidade ambiental, diminuição da pobreza, mediante o exercitar diário da cidadania corporativa e RS, vindo assim a contribuir com o Estado e o terceiro setor quando se trata de enfrentar as mazelas sociais.

A agenda política de uma nação transcorre pela parceria ente a sociedade civil organizada, o Estado e as empresas, sendo assim há uma necessidade dos investimentos social privado devido os problemas sociais (RICO, 2004).

Diante deste movimento raso ainda sendo forjado e a partir de uma maturação, as corporações em parcerias têm compreendido que é indispensável investir no bem-estar dos sujeitos laborais, como também no ambiente de trabalho para que os mesmos possam se encontrar saudáveis (PONCHIROLI, 2012).

O autor ainda afirma que a empresa nessa perspectiva direciona suas ações sociais a partir dos princípios já mencionados, amarrando suas relações com colaboradores, funcionários e familiares destes, fornecedores, comunidade, governo, sociedade e afins, sendo o empresário, um dos principais agentes transformadores da sociedade quando atua no setor social.

Portanto, o amadurecimento das instituições do terceiro setor no Brasil, as inovações legais introduzidas no país que propiciam esse percurso de crescimento sustentável e a alta profissionalização dos agentes desse mesmo setor poderão oferecer num breve futuro uma notável contribuição (COMMODARO, 2011). A maturidade ainda

acanhada do mercado através das Fundações Corporativas empregando a RS com o intuito de um fortalecimento comunitário tem saído das quatro paredes organizacionais e tocado a comunidade através de ferramentas como a TS.

Na TS encontra-se a GS, já inserida em algumas comunidades, visitando seus conceitos, contextos e se colocando como ponte para um processo mais que legítimo, uma ação da comunidade. Surge convocando os atores comunitários, estimulando-os a serem protagonistas das suas histórias e consequentemente legitimando em parceria o desenvolvimento local. Auxiliando a compor a práxis de tal gestão está a Psicologia, que tem adentrado as políticas públicas já mostrando grandes resultados por se achar atuante nas esferas empresarial e social. Mediante tais fatos, será erguida posteriormente uma elucidação sobre a mesma e suas nuances.

Gestão Social e o Desenvolvimento Local

Diante da realidade social do Brasil, no que concerne à violência, a distribuição de renda, abnegação política, discrepâncias da educação, como também as políticas públicas no seu conceito ainda assistencialista, arrazoar a GS é conceber um desafio⁴ (FISCHER, 2007) por contrapor a visão de assistência, investindo na autonomia do indivíduo.

A Gestão Social tem sido implantada⁵ e processada sem um real acordo sobre seu conceito e prática se encontrando em contínua construção (PINHO, 2009). As suas características incidem por intermédio da “tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação enquanto fim último” (CANÇADO, TENÓRIO, PEREIRA, 2011, p.697).

Nas particularidades da GS pode-se encontrar uma conectividade com a RS por terem em seus valores ações basilares, tratando do coletivo e do individual, promovendo assim diálogos.

A GS denomina os inúmeros exercícios sociais de atores Governamentais, Não-Governamentais e do setor privado, o termo se auto-esclarece trazendo uma gestão volvida para

⁴ O desafio não é substituir o capitalismo por uma proposta solidária, mas uma coexistência concomitante (CARRION, 2012).

⁵ A inquietação por uma compreensão melhor da temática surgiu em 1992 no Seminário Iberoamericano, quando foi apresentado um trabalho experienciado desde 1989 no Rio de Janeiro (TENÓRIO, 2009).

o social, sendo apreendida como um espaço distinto de afinidades e relações sociais em que o direito à fala é de todos e o poder decisório compartilhado sem coibição (TENÓRIO, 2008).

O tema se apresenta como uma gestão do social, emancipadora, centrada “no processo de desenvolvimento na proteção da vida, na preservação do meio ambiente, no atendimento das necessidades, e no desenvolvimento das potencialidades humanas” (PINHO, 2009 p. 23 *apud* CARRION, CALOU, 2008, p.17).

Neste diálogo, a GS conta com a parceria da comunidade, favorecendo os atores locais a uma conscientização do seu poder de voz e incentivando-os a atuarem como protagonistas, modificando o seu território e vida. Não esquecendo que este interesse individual e coletivo pelo seu crescimento precisará está atrelado ao desenvolvimento do território (SACHS, et. al, 2012).

Todo este processo pode ser propiciado através das Fundações Corporativas a partir dos programas de RS desembocando assim no desenvolvimento local. A Gestão Social se constitui frente à necessidade de um espaço não econômico/filosófico/ político para erguer problematizações no que concerne ao desenvolvimento (CARRION, 2012).

Em se tratando de desenvolvimento o conceito entende-o como parte do crescimento econômico, porém unifica dimensões que consideram à liberdade de escolhas individuais e sociais, incentivando a participação efetiva na tomada de decisões a respeito da produção, distribuição das riquezas, bem como dos seus custos, principalmente culturais e ambientais (PASE, 2007).

Diante desta perspectiva se faz relevante trazer o crescimento da Região Metropolitana do Cariri, a fim de exemplificar tais questões, onde o IPECE⁶ (2012) traz nos dados do PIB⁷ em 2010 um acréscimo na estrutura econômica da Região, sendo sublinhadas nas tabelas abaixo as porcentagens em Juazeiro do Norte.

⁶ IPECE- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará- o IPECE é o órgão do Governo que promove estudos, pesquisas como também, informações socioeconômicas e geográficas que ajudam na avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará (IPECE, 2012).

⁷ PIB- Produto Interno Bruto (IPECE, 2012).

Segue um comparativo entre 2002 e 2010, onde foi feito um levantamento em alguns setores e evidenciando que a agropecuária, indústria e os serviços da referida cidade obtiveram um crescimento significativo sendo este mais que o dobro.

Tabela 1: Comparativo entre 2002 e 2010 dos setores agropecuário e industrial e outros serviços da Região do Cariri, com ênfase em Juazeiro do Norte.

Ranking	Municípios	2002						
		Estrutura Setorial (%)					R\$ mil PIB	R\$ PIB per capita
		Agropecuária	Indústria	Serviços	APU/VA	APU/Serviços		
1	Barbalha	6,71	31,27	62,02	24,8	39,98	140,81	2,63
2	Caririaçu	20,86	8,28	70,86	49,12	69,31	35,78	1,38
3	Crato	3,45	19,46	77,08	24,03	31,17	337,10	2,93
4	Farias Brito	14,37	10,11	75,52	53,41	70,72	29,81	1,46
5	Jardim	18,49	8,13	73,38	49,87	67,96	36,07	1,42
6	Juazeiro do Norte	0,71	19,14	80,14	25,02	31,21	610,32	3,04
7	Missão Velha	21,72	9,19	69,09	41,57	60,16	49,84	1,58
8	Nova Olinda Santana do	11,58	24,34	64,08	37,34	58,26	23,59	1,93
9	Cariri	21,84	12,88	65,28	44,56	68,26	26,44	1,52
-	RMC	5,1	19,2	75,69	28,28	37,36	1.289.748	2,48
-	Ceará	7,28	24,53	68,19	18,43	27,02	28.896.188	3,74
-	RMC/CE	-	-	-	--	-	4,46	66,44

Ranking	Municípios	2010						
		Estrutura Setorial (%)			APU/VA	APU/Serviços	R\$ mil PIB	R\$ PIB per capita
		Agropecuária	Indústria	Serviços				
1	Barbalha	3,06	32,33	64,61	25,47	39,43	454,41	8,206
2	Caririaçu	8,05	12,74	79,21	52,45	66,21	95,077	3,603
3	Crato	2,86	16,38	80,76	26,75	33,13	846,429	6,969
4	Farias Brito	7,13	11,38	81,49	53,46	65,6	74,022	3,894
5	Jardim	11,1	9,12	79,78	51,92	65,08	102,759	3,849
6	Juazeiro do Norte	0,33	19,05	80,62	24,69	30,62	1.959.969	7,842

7	Missão Velha Nova	11,84	18,51	69,66	43,41	62,31	151,71	4,428
8	Olinda Santana do Cariri	7,37	22,96	69,67	41,68	59,83	65,168	4,571
9		18,5	11,97	69,53	47,12	67,76	73,575	4,282
-	RMC	2,84	19,33	77,83	28,87	37,1	3.823.119	6,772
-	Ceará	4,16	23,71	72,13	22,69	31,45	77.865.415	9,217
-	RMC/CE		---		-	-	4,91	73,47

Fonte: IPECE, IBGE (2012).

Interessante observar que o crescimento e/ou desenvolvimento da comunidade, está atrelado ao empoderamento, sendo este um procedimento pelo qual os indivíduos e instituições, no papel das Fundações Corporativas e/ou grupos comunitários, angariam recursos, pretendendo ter visibilidade, voz e influência nas tomadas de decisões de cunho social, tocando diretamente a vida dos sujeitos (HOROCHOVSKI, MEIRELLES, 2007). No processo, os agentes externos como as Fundações Corporativas, servem como facilitadores e catalisadores iniciais, mas o ímpeto do processo dar-se-á pela extensão e agilidade com que os sujeitos e seus arranjos se transformam, tomando posse de si próprios.

Neste íterim as ações governamentais podem agir criando mecanismos para resolução dos problemas, ambientes adequados, ou até mesmo dificultando o processo em si (BARRETO, 2004). A RS é um dos mecanismos utilizado atualmente para promover tal ação e a GS se configura como ferramenta para alcançá-las.

Uma vez empoderados, estes atores da comunidade tornam-se gradativamente fortalecidos, estimulados a participarem de vários espaços, tocando assim uma emancipação envolvendo a cidadania, que outrora pode ter sido por ele desconhecida.

Além disso, a democracia propicia a participação direta, permite que o sujeito se reconheça como protagonista do processo, como um indivíduo e também como associados em grupos de interesses comuns (MAMBUCABA, 2011) estimulando a auto-estima e aumentando a motivação e experiências singulares (VERONESE, GUARESHI, 2007).

Todo este processo é ativo, dinâmico, não podendo se pensar uma gestão sem implicações ou relações humanas, alavancando a GS como forma de ampliação da participação do sujeito social, sendo também, uma das ferramentas utilizadas nas incitações do fortalecimento local (FRANÇA FILHO, 2008). É nesta conjuntura ativa de crescimento envolvendo transformações, crise e outros, que será alavancada a Psicologia.

Diante do desafio aludido anteriormente e em parceria com a Gestão Social ver-se que a Psicologia tem voltado o seu olhar sobre o tema atuando nas ações sociais atreladas a RS, unindo a subjetividade dos processos, as pessoas e suas diversidades (SILVEIRA et. al, 2007).

A contribuição da Psicologia

A Psicologia diante do compromisso social se encontra investindo em uma nova consciência, utilizando suas ferramentas de maneira direta ou indireta para alcançar suas metas, acentuando a importância da profissão junto às Políticas Públicas e a GS.

Também acreditamos que o desenvolvimento das Políticas Públicas não acontece sem a participação direta do ser humano, com seus pensamentos, sentimentos, emoções e conflitos, o que certamente cria uma relação de forças e insere o indivíduo no protagonismo social. Certamente, as Políticas Públicas integram uma área de interesse para a Psicologia. Cabe ao psicólogo, portanto, auxiliar na identificação das demandas sociais e na elaboração de propostas para a construção de um projeto de sociedade que

se aproxime, cada vez mais, dos ideais humanitários, garantindo igualdade e equidade nas relações sociais (SILVEIRA et. al, 2007 p.17)

Diante disso, cabe acentuar as parcerias para o desenvolvimento da comunidade, podendo ocorrer em vários níveis como, a retomada da historicidade e identidade coletiva, fortalecimento dos atores locais, restabelecimento das redes cooperativas desembocando na prática da cidadania.

A profissão tem muito a acrescentar ao processo de transformação da sociedade, pois assumi posições que permeiem a qualidade de vida dos sujeitos e a promoção de saúde, carecendo também como já aludido, a participação do psicólogo nos planejamentos urbanos, em fóruns e conselhos da cidade, a fim de construir referências para atuar nas políticas de gestão, bem como criar estratégias que venham invadir um amplo espaço da sociedade, promovendo diálogos com diversas áreas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010).

Assim, a Psicologia tem se inserido em várias conjunturas de maneira positiva, articulando diversas áreas, enriquecendo os diálogos e embasando melhor as atuações na comunidade. Concomitante,

O Psicólogo atuante nas políticas públicas sociais visa, ainda, possibilitar uma mudança efetiva na realidade e não um ajuste à condição de vulnerabilidade social, quebrando o ciclo de reprodução da pobreza, fortalecendo fatores de proteção individual, familiar e comunitário por meio do estímulo da resiliência, do auto-conceito positivo e das habilidades sociais, além de fomentar novas estratégias de enfrentamento às demandas cotidianas, compreendendo e intervindo sobre os recursos psicossociais, sendo sensível às peculiaridades das demandas (VIEIRA, 2011 p. 11).

Amplo é o espaço para as diversas atuações da Psicologia, necessitando da utilização de algumas ferramentas tidas como função privativa do psicólogo para que haja um melhor norteamento desses profissionais (ANACHE, CORRÊA, 2010).

A intervenção psicossocial é um importante instrumento que tem beneficiado tanto a Psicologia como também a comunidade assistida, composta por diagnóstico psicossocial, delineamento das demandas para um fomentar do desenvolvimento comunitário. Esse importante instrumento investigativo compõe um plano de intervenção no programa de RS para alcançar maiores impactos nas suas ações. Estes pontos facilitam o visualizar dos atores e das potencialidades locais colhidos a partir de um mapeamento, vindo a nutrir as emancipações e protagonismos que emergem do seio trabalhado.

O mapeamento das aptidões individuais de uma comunidade de baixa renda ergue informações importantes sobre os atores daquela comunidade, como também possibilita

verificar suas habilidades, fazendo-os refletir o que melhor eles têm e facilitando inclusive uma nova visão de relacionamento entre vizinhos no compartilhar de suas habilidades acrescentando muito a comunidade (NEUMAN, 2004).

Em resumo, pode se constatar que a Psicologia saiu da sua “casa apainelada”⁸ a clínica e avançando diante da complexidade social, fazendo parte da história do sujeito, buscando forjar em si novas consciências e práxis, facilitando que o indivíduo comunitário se inscreva neste percurso como “[...] um cidadão político, cívico e autônomo a partir da dialogicidade e participação” (VIEIRA, 2011p. 15)

Considerações finais

Como se pode averiguar a RS entre outros temas aludidos neste artigo são de cunho recente e por fazerem parte de um campo ativo e complexo, possibilitam erros, acertos como também novas explorações e descobertas.

O apurado histórico trouxe a clareza da relevância dos Programas de RS nas Fundações Corporativas possibilitando as comunidades tocadas novas formas de desenvolver-se, atualmente faz parte da nova configuração da sociedade contemporânea como resposta ainda que alguns casos de maneira assistencialistas com as mazelas sociais.

Este processo apesar de está ainda em construção conta com vários parceiros que acrescentam a esta prática novas formas de saberes. No tocante a estas parcerias pode-se destacar à atuação da Psicologia e da GS que incentivam o crescimento dos atores comunitários, tocando assim diretamente estes seres sociais. Por se tratar de um campo vasto notam-se as demandas cada vez mais latentes surgindo neste âmbito que tem se inserido de maneira particular, buscando avanços em pesquisas, explorando assim o supracitado campo.

Por conseguinte há um impugnar de forma direta de várias ações com suas áreas específicas, havendo a necessidade de uma maior exploração científica dentro das academias de ensinos, quer sejam através de disciplinas optativas, minicursos, congressos e/ou palestras, possibilitando um embasamento maior para os profissionais e oportunizando uma variedade de

diálogos e alavancando como todo o processo ainda em construção as muitas críticas que perpassam o caminho do novo.

Diante do pesquisado, observou-se que é de suma relevância o envolvimento de instituições corporativas dentro de uma perspectiva de RS para um desenvolvimento local, visto que tais ações contribuem para autonomia e empoderamento dos sujeitos alargando possibilidades e transformações sociais.

Como proposta para novas pesquisas, fica a probabilidade da continuação de estudos sobre a temática por ser amplo o território que a circunda, podendo ser alvo de debates em eventos acadêmicos não só na Administração como também na Psicologia. Outra possibilidade é uma análise mais aprofundada dos textos direcionando para a atuação da RS no desenvolvimento da cidade de Juazeiro do Norte a fim de apreender as nuances da GS como tecnologia para alcance deste.

E ainda poderia ser realizada juntamente a Psicologia fóruns e/ou conferências com alguns autores de Juazeiro alcançando mais subsídios para as inferências.

Referências

ALMEIDA, J. F. **Bíblia Sagrada**. Ed. Corrigida e Revisada. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1995.

ANACHE, A. A; CORRÊA, F. B. As políticas do Conselho Federal de Psicologia para a avaliação psicológica. In: **Conselho Federal de Psicologia Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão / Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: CFP, 2010.

ASHLEY, P. A; COUTINHO, R. B; TOMEI; P. A. **Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa** Disponível em: <http://www.agenda21empresarial.com.br/arquivo/1260083712.375-arquivo.pdf> Acesso em 21/09/2013.

BARBIERI, José Carlos. CAJAZEIRAS, Joorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**, 3ed. São paulo: Saraiva, 2016. 256 p.

_____. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BABIERI, J. C; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARRETO, R. C. S. **O empoderamento de comunidades e o desenvolvimento local.** In: XLII Congresso Da Sober, Cuiabá - MT. Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional, 2004.

BORGER, F. G. **Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial** Disponível em: http://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.UkAjx4Z_4WE Acesso em 21/09/2013.

CAMARGO, R. Z. **Responsabilidade social das empresas: formações discursivas em confronto.** São Paulo, 2009.

CANÇADO, A. C; TENÓRIO F. G; PEREIRA, J. R. **Gestão social: reflexões teóricas e conceituais.** Cadernos EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

_____. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática.** Salvador: IES, 2007.

CARRION, M. R. A Contribuição da Gestão Social para o desenvolvimento. In CANÇADO, A. C; SILVA JR, J. T; TENÓRIO. F. G. **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

_____. **A atuação de Ongs locais na “governança” do desenvolvimento.** Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em Administração/PPGA/UFRGS; Projeto Interinstitucional de Pesquisa, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos.** Brasília: CFP, 2010.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf acesso em: 04/07/2013.

COMMODARO, G. **Empresa como fator de desenvolvimento do território regulamentação legislativa da responsabilidade social corporativa e do terceiro setor conceitos e legislação.** ii edição. Belo horizonte, 2011.

DAGNINO, R. P. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade /** Renato Dagnino; colaboradores Bagattolli, Carolina ...[et al.] . Campinas, SP. :IG/UNICAMP, 2009.

_____. ...[et al.]. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social In: LASSANCER JR. (Orgs.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento /** Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.

_____. ...[et al.] **Tecnologia Social e desenvolvimento local In: LASSANCER, JR. (Orgs.). Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento /** Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.

FISCHER, T. O futuro da gestão. In: **HSM Management**. São Paulo: HSM, 2007.v.10, n.64. Set./out. 2007. Disponível em: <http://liegs.cariri.ufc.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=131&Itemid=58>. Acesso em: 06/10/2013.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo Gestão Social. In: SILVA JR, T. J; MÂSIH, T. R; CANÇADO, C. A; SCHOMMER, C. P. (Orgs.). **Gestão Social: práticas em Debate, teorias em construção**. V.1. Juazeiro do Norte, 2008. P.26 -36.

GRAJEW, O. Prefácio In: BARBIERI; J. C, CAJAZEIRA; J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria a prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

HORSCHOVSKI, R.R, MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento**. UFSC, Florianópolis, 2007.

JUNQUEIRA E COLS. Investimento Social Privado: o papel das Fundações Corporativas no Panorama geral das Políticas Sociais. In: RIGO, A. S...[et. al.]. **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda** / - Recife: UNIVASF, 2010.

MANBUCABA, R. **Autogestão em empresas**. Disponível em: <http://professor--robson.blogspot.com/2011/05/autogestao-em-empresas.html>. Acesso em: 13/05/2012

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. de C. P; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 Nov. 2014.

NEUMAN, L. **Desenvolvimento Comunitário baseado em talentos e recursos locais - ABCD**. São Paulo: Global: IDIS, 2004.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade social: fundamentos e gestão**/ Reinaldo Dias. São Paulo: Atlas, 2012.

NOVAES, H. T; DIAS, R. **Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social**. In: DAGNINO, R. (org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, São Paulo: IG/UNICAMP, 2009. P. 17-53.

PASE, L.H, **Capital social e empoderamento**, UFSC, Florianópolis, 2007.

PINTO, F. R; FILHO, J. S. M; OLIVEIRA; L. G. L. A participação de organizações no planejamento de cidades, como estratégia de responsabilidade social corporativa. In: **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda** / organizadores Ariadne Sealtoni Rigo ...[et. al.]. - Recife: UNIVASF, 2010.

PINHO, J. A. G. **Gestão Social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira.** In: **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda** / organizadores Ariadne Sealfoni Rigo ...[et. al.]. - Recife: UNIVASF, 2009.

_____. **SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?** Revista de Administração Pública, RAP, 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf acesso em: 21/10/2013.

PONCHIROLLI, O. **Ética e responsabilidade social empresarial.** 1º Ed. (ano 2007), 5º reimpr./ Curitiba: Juruá, 2012.

PRESTES, C. **Gestão e o gestor social** In: **Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) F981s Serviço Social** / Fundação Universidade do Tocantins; EADCON.– Curitiba: EADCON, 2009, 458 p.: il.Nota: Caderno de Conteúdo do 6º período de Serviço Social (apostila). 1. Serviço Social – Estudo e ensino. I. EADCON. II. Título.

RICO, E. M. **A Responsabilidade Social Empresarial e o Estado uma aliança para o desenvolvimento sustentável** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a09v18n4.pdf>. Acesso em 17/10/2013.

SACHS, I; LOPES, C; DOWBOR, L. Crises e oportunidades em tempos de mudanças In: CANÇADO, A. C; TENÓRIO, F. G; SILVA JR, J. T. **Gestão Social: Aspectos Teóricos e Aplicações.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

SILVA, E. L; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.
Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf Acessado em 17/10/2013.

SILVEIRA, A. F... [et al.]. **Caderno de psicologia e políticas públicas** - Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.

SMITH, V. P. B. **Incorporação dos princípios da responsabilidade social.** Disponível em: http://www3.ethos.org.br/cedoc/incorporacao-dos-principios-da-responsabilidade-social/#.UjuZWcZ_4WE Acesso em 20 Set 2013.

SOUZA, N. J. **Economia básica.** São Paulo: ATLAS, 2009.

TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JR, T. J; MÂSIH, T. R; CANÇADO, C. A; SCHOMMER, C. P. (Orgs.). **Gestão Social: práticas em Debate, teorias em construção.** V.1. Juazeiro do Norte, 2008. P.37 -57.

_____. **Gestão Social: Uma Réplica** In: **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda** / organizadores Ariadne Sealfoni Rigo ...[et. al.]. - Recife: UNIVASF, 2009.

VERONESE, M. V; GUARESHI, P. A. **Psicologia do cotidiano – Representações Sociais em ação**, 2007, Editoras Vozes, Petrópolis, RJ.

VIEIRA, J. Q. **Psicologia e Gestão Social: experiência no projeto gestão Social nas escolas, promovendo o protagonismo juvenil nas Escolas Estaduais de Juazeiro do Norte-ce, 2011.** Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/comentarios.pdf.

ZARPERLON, M. I. **Gestão e responsabilidade social: NBR 16.001/AS 8.000: implantação e prática.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. 144p.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

SILVA, Gilmar S.; DUARTE, Stênio F.P.; GOMES, valquíria S.; MACEDO, Aparecida S. S. Avaliação da influência de transtornos mentais sobre a pressão arterial em idosos cadastrado em um projeto. **Id on Line Revista ultidisciplinar e de Psicologia**, 2017, vol.12, n.39, p.224-245. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 12.11.2017

Aceito: 25.11.2017